

## DESCONSTRUINDO A EQUAÇÃO AIDS = MORTE

Antônio Carlos Borges Martins<sup>1</sup>

### RESUMO

Com este artigo objetivamos verificar como foi construída a equação AIDS = morte a partir do enorme impacto que a doença provocou em nossa sociedade, e de que idéias e ações têm se servido as pessoas vivendo com HIV/AIDS (pvha), os ativistas do movimento social de luta contra a epidemia de AIDS, dentre outros, a fim de ir desconstruindo tal equação. Neste trabalho discutimos o problema do início da epidemia e uma espécie de “terrorismo pedagógico” presente nas “educativas” do Ministério da Saúde do Brasil na década de 80 e começo da década de 90, que se mostraram ineficientes, alarmistas e preconceituosas gerando com isso a idéia de AIDS = morte; e discutimos, ainda, as conseqüências desta “ação” do Ministério supramencionado a partir da escuta das pessoas vivendo com HIV/AIDS em nossas atividades de assistência psicológica. Como suporte teórico utilizaremos os textos do historiador Philippe Áries; do antropólogo Evans Pritchard e da filósofa Susan Sontag, bem como dos significativos textos e artigos de intelectuais que, vivendo com HIV/AIDS naquele período, decidiram não silenciar frente aos inúmeros desafios da epidemia, sobretudo no que se chamou de “AIDS ideológica”, a exemplo do que fizeram Herbert Daniel, Herbert de Souza e Nestor Eduardo Téson.

### UNITERMOS

AIDS. Epidemia. Morte.

### INTRODUÇÃO

A epidemia por HIV/AIDS<sup>2</sup> muito tem estimulado as produções de conhecimento nas ciências da saúde, de modo especial, na área de saúde coletiva. Dado às suas características, com freqüência nos chama a atenção para as dimensões socioculturais e políticas nela presentes. Sabemos hoje que esta síndrome é algo controlável e que ocorre não apenas devido às pesquisas científicas, mas também às mobilizações de segmentos sociais, como: profissionais, artistas, intelectuais, grupos de voluntários, organizações governamentais (OGs) e organizações não governamentais (ONGs). Sabemos também que

---

<sup>1</sup> Psicólogo clínico, licenciado em Ciências, Filosofia e Psicologia. Especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea. Mestrando em Psicologia e Psicanálise do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – MG e Membro do Grupo Saúde Mental – AIDS – JP/PB.

<sup>2</sup> HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

num primeiro momento a AIDS nos foi apresentada como parceira da morte ou como a sua mais nova face. E esta imagem ficou bem gravada no imaginário social.

Passados mais de vinte anos dessa epidemia, percebemos avanços significativos nos conhecimentos do vírus, da síndrome e conseqüentemente nos tratamentos das pessoas infectadas pelo HIV. Mas tais avanços não conseguiram romper com o silêncio a respeito da morte, e o que observamos em muitas dessas pessoas é a utilização deste silêncio como mecanismo de defesa. Percebemos nessa atitude uma continuidade de nossa cultura que, negando-se a discutir a questão da morte, depositou este tema no campo do silêncio.

Em nossas atividades de psicologia clínica, fundamentadas na psicanálise, bem como na assistência psicológica de grupos e em oficinas psicoeducativas para pvha<sup>3</sup> temos percebido que por mais poderosos que sejam os mecanismos de negação, em determinado momento a realidade da morte se impõe e o não dito ou o “mal dito” necessita ser por elas verbalizado.

Neste início de século, com o progresso nas pesquisas sobre o vírus HIV, com a contagem das cargas virais, as tentativas de vacinas anti-HIV e o sucesso das novas terapias ARVs<sup>4</sup>, morre-se cada vez menos de AIDS; contudo, a verdade é que ainda morre-se em conseqüência da AIDS. As perdas, as dores, os sofrimentos, as culpas, as melancolias e os lutos continuam a incomodar os que vivem e os que convivem com o HIV/AIDS. Desse modo, permanece a necessidade de uma escuta que possibilite à pessoa estratégias de enfrentamento do HIV/AIDS, tendo em vista sua melhor qualidade de vida.

Estas percepções apontam para o objetivo do presente estudo: investigar o processo de construção da equação AIDS = MORTE no início da epidemia. Entendemos que isto amplia a compreensão do como as pessoas portadoras de HIV/AIDS estão ressignificando suas vidas e contribuindo para uma melhor realização da prática clínica com estes sujeitos.

Para as reflexões aqui apresentadas tomamos como fundamentação teórica os textos do historiador Philippe Ariés, do antropólogo Evans-Pritchard, da filósofa Susan Sontag, além dos significativos textos e artigos de intelectuais que, vivendo com HIV no período inicial da epidemia, ousaram criticar a postura dos organismos governamentais, da

---

<sup>3</sup> pvha – pessoa ou pessoas vivendo com HIV/AIDS.

<sup>4</sup> ARVs – Anti-retrovirais.

sociedade em geral, a partir de tais escritos, frutos de suas participações ativas no movimento social anti-AIDS.

### **O Terrorismo Pedagógico, o “ApartAIDS” e a Vida Antes da Morte**

A AIDS, a vida e a morte sempre estiveram muito próximas, quer pelo discurso científico incisivo do início da epidemia: “a AIDS é incurável, é mortal”; quer pelo espaço privilegiado pelo HIV para sua invasão e apropriação, o sangue e o sêmen – onde transborda a vida. Desde o começo da década de 80, com o advento da epidemia, o fantasma da morte acompanhou a AIDS, e somente nos últimos anos da década de 90 é que assistimos ao início de um processo muito lento de retirada de tal estigma que se arrasta ainda hoje. Continuamos observando fortes resquícios da idéia de incurabilidade tão predominante nos primeiros anos da epidemia.

Se a AIDS desde o início esteve associada à morte, uma melhor compreensão deste vínculo nos convida a um estudo acerca de como o ser humano tem se relacionado com a morte; o que não nos será possível realizar neste trabalho. Todavia, faz-se necessário recordarmos algo que as pesquisas de Philippe Ariès nos informa sobre como homens e mulheres ocidentais têm se colocado diante da morte desde o período medieval até a contemporaneidade.

Em seu livro *O Homem Diante da Morte*, Philippe Ariès (1981) afirma que no período medieval são duas as posições assumidas pelas pessoas diante da morte: uma primeira, mais longa e mais antiga, refere-se ao destino coletivo da espécie humana, a morte como algo comum a todos. Todos inevitavelmente morremos. Uma segunda, surgida de certo modo no século XII, a própria existência, ou seja, a morte de si mesmo como foi chamado por Ariès.

Desde a Alta Idade Média até meados do século XIX, a atitude de homens e mulheres diante da morte mudou de forma muito lenta, o que não ocorreu no século XX e neste início do século XXI, quando os acontecimentos se dão com uma velocidade ainda não observada noutros momentos da história. Já não se morre como antigamente, e embora desde o século XIX – a partir da saudade do morto – nossa cultura tenha assumido o culto

dos túmulos e dos cemitérios, a morte tornou-se algo vergonhoso que precisa ser ocultado, silenciado pelo enlutado, dado que representa fracasso e impotência. A comunidade passa a se sentir cada vez menos comprometida com a morte de seus membros. A verdade é que a cultura marca sobremaneira o como empiricamente o indivíduo convive com a morte.

O discurso inaugural acerca da AIDS foi construído em consonância com as já conhecidas histórias da morte, ou seja, ambas tinham uma única missão: ceifar vidas. Assim, a AIDS estava inegavelmente associada à idéia de morte, de doença fatal, de um vírus invencível, de morte anunciada. A possível morte em consequência da doença aparecia como algo vergonhoso e expressão de fracasso do doente, até porque a pessoa portadora do HIV parecia estar marcada para “morrer muito mais”, e mais rápido do que qualquer outro mortal.

O saber-se portador de uma doença, até então incurável, e no caso da AIDS não precisando nem mesmo encontrar-se enfermo, apenas este saber-se soropositivo ao HIV provoca no indivíduo, na família e no seu grupo de convívio, as mais diversas reações, que vão se particularizar desde a história de vida de cada um dos envolvidos, passando por suas características de personalidade, seus desejos, até às relações estabelecidas entre cada um e a doença.

Apesar de cada pessoa ter um jeito próprio de lidar com a questão, são evidentes as marcas deixadas pela associação ocorrida nos primeiros anos da epidemia onde AIDS = incurável = mortal, bem como o vínculo da contaminação com a promiscuidade. Parece que nossa sociedade vê a promiscuidade como algo sempre presente nas relações homoeróticas. Recordamos por exemplo, a primeira denominação preconceituosa da síndrome “a peste gay”.

Acreditando-se tratar de uma doença que atingia apenas os homens que mantinham relações sexuais com outros homens, ampliou-se a idéia de homofobia e também as ações homofóbicas há muito presentes na cultura ocidental. Essa idéia trazia em si a crença de que a AIDS era um castigo dirigido especialmente (e merecidamente) aos homoeróticos. Era uma condenação divina pelo abandono das Leis de Deus.

Uma vez segura de que eram os promíscuos que portavam o vírus e a doença, não havia motivos para a comunidade lamentar suas mortes. Parece que por desinformação e/ou por informações deficitárias acreditava-se ser até melhor que os infectados morressem sem

muita demora, evitando assim a contaminação dos inocentes – que, segundo aquela compreensão, eram os hemofílicos e outras pessoas que receberam transfusão sanguínea, as mulheres vítimas da traição de maridos homoeróticos ou bissexuais, e dos usuários de drogas injetáveis, além, é claro, dos mais inocentes ainda, bebês/crianças.

Nessa maneira de lidar com a AIDS já apareciam denominações discriminatórias para a doença e conseqüentemente para os doentes, como foi o caso da Doença dos “4ps”, a saber: doença dos promíscuos, dos pervertidos, das prostitutas e dos pecadores. Ali, os culpados eram os que tinham AIDS, porque a procuraram a partir das suas condutas fora dos padrões sociais e religiosos. Assim, nos “4ps” incluíam-se os homoeróticos, os bissexuais, os usuários de drogas injetáveis e os(as) profissionais do sexo.

Percebemos quão difícil se tornou a vida dos portadores do vírus da AIDS, sobretudo naqueles primeiros anos da década de 1980, seja porque a doença estava associada aos sujeitos marginalizados, desqualificados moralmente, desrespeitados em seus direitos e vítimas de uma intolerância sem limites; seja porque o viver com AIDS era, segundo Herbert Daniel (1989), o mesmo que carregar consigo o atestado de óbito.

Daniel, em seus escritos, convocava a sociedade (de modo especial, as pessoas afetadas diretamente pelo HIV/AIDS), a investir sem trégua na desconstrução dos preconceitos, a ter a firmeza de protestar contra a violação dos direitos dos cidadãos, a exigir dos governantes campanhas educativas contínuas e ações eficientes; a lançar-se com coragem no exercício da solidariedade. Conclama, sobretudo ao combate, sem cessar, do vírus ideológico causador da doença social da AIDS, que se difundiu de forma assustadora em nossa sociedade.

As idéias e questões supramencionadas nos convidam a uma aproximação com o texto *Bruxaria, Oráculos e magia entre os azande*, livro do antropólogo Evans – Pritchard, fruto de uma pesquisa de campo realizada pelo autor no final da década de 1920. O antropólogo, ao descrever a questão da bruxaria entre aquele povo, relativiza-a, transformando o exótico em familiar. A bruxaria é compreendida como explicação para infortúnios, mas também para o problema do poder, por isso ela tem uma lógica própria.

Preocupando-se com o pensamento de representações coletivas, Pritchard compreende a magia dos azande como preenchedora da idéia de sentido. Aquilo que em nossa sociedade recebe o nome de acaso, os azande denominam bruxaria (1976, p. 66).

Nossa sociedade não possibilitou à AIDS nem mesmo o lugar do acaso, e, portanto, a desventura que dela surge no indivíduo não encontra o espaço onde possa ser justificada.

A bruxaria daquele povo contempla tanto a busca de resolução para os conflitos gerados pelos infortúnios quanto às normas de convivência, daí a tríade: infortúnio, relações sociais e procedimentos normativos – juízos morais (PRITCHARD, 1978, p. 90-91). Já na AIDS o que vemos é uma quase impossibilidade das relações sociais, pois salta-se da desventura aos juízos morais, e como consequência temos a permanência do conflito já que ele não é equacionado como ocorre com os azande.

Nas décadas de 1980 e 90, e ainda hoje em proporção significativa na AIDS, ao contrário do que ocorre com a bruxaria dos azande, os conflitos na família, nas relações de amizade, de escola, de trabalho, com os profissionais de saúde (sobretudo os médicos), na compreensão das ciências médicas, nas informações veiculadas, dentre outras, viveram mais momentos de energização que de desfalecimento, contribuindo assim para dificultar a vida dos portadores do HIV/AIDS. Nem mesmo a oportunidade de saber como lidar com “o mal” é dada àquelas pessoas, uma vez que são forçadas ao isolamento, à uma vida em casulo.

É interessante atentarmos para o fato de que os países em desenvolvimento, com suas enormes limitações no campo econômico e suas deficiências nos sistemas sociais e de saúde, diante da epidemia quase sempre ficaram estáticos, deixando uma enorme lacuna na assistência às pvha e na prevenção para a comunidade. Lent e Valle (1996) citam o Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), de outubro de 1994, sobre a vulnerabilidade à AIDS, objetivando informar que para além das questões acima citadas e da reviravolta emocional que quase sempre ocorrem no âmbito familiar, as consequências mais severas recaem sobre as pessoas contaminadas. A essas, somam-se as consequências psicológicas e médicas de uma infecção letal e os problemas de ordem econômica, os quais a maioria dessas pessoas não tem condições de resolver.

Todas essas dificuldades somadas à idéia de associação da AIDS com a morte compuseram o cenário perfeito para a ampliação do preconceito e da discriminação das pessoas portadoras do HIV/AIDS. As Campanhas de Combate à AIDS do Ministério da Saúde do Brasil, a bem da verdade, tornaram-se bravas combatentes, não da epidemia, mas das pvha. Marcadas pela tônica da discriminação e não pela ênfase na garantia de dignidade

e cidadania para os portadores e pela prevenção real para a comunidade, essas campanhas seriam cômicas se não portassem em si a irresponsabilidade trágica. Vejamos: “Se você não se cuidar, a AIDS vai te pegar” (Campanha do Ministério da Saúde do Brasil, 1990). “Eu tenho AIDS e vou morrer” (Campanha de 1991). E foi esse registro que marcou o imaginário social, AIDS = morte.

O sociólogo Herbert de Souza (1991), o Betinho, portador do HIV e fundador da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – a ABIA, num artigo bem humorado crítica com muita propriedade a postura inconseqüente e nada construtiva do Ministério da Saúde de nosso país. No início da década de 90, aquele ministério veiculou na televisão uma propaganda que pretendia orientar a população sobre a contaminação pelo vírus da AIDS. Na tela aparecia uma pessoa jovem que dizia ter tido tuberculose e que havia se curado, outra que teve câncer e também se curou e em seguida uma outra pessoa que dizia: “Eu tenho AIDS e não tenho cura”.

O sociólogo identificou nesta mensagem mais um dos inúmeros equívocos que vinham sendo cometidos por aquele ministério. Para ele, nela se encontrava “uma espécie de terrorismo pedagógico com seqüestro da esperança”. (SOUZA, 1991). Parecia que os anos não haviam passado e que nenhum avanço tinha acontecido desde o início da epidemia.

O artigo espelha um pouco o que muitas das pvha sentiam ao ver que estavam cada vez mais sendo expurgadas do convívio social e que o governo federal (e seu exemplo era seguido pelos estaduais e municipais) deveria assegurar-lhes assistência, bem como articular a saúde entre as políticas sociais públicas; na verdade o que fazia era atualizar o impacto da discriminação, e com isso contribuir para o aumento das dificuldades subjetivas daquelas pessoas.

Se de um lado se construía a equação AIDS = morte, do outro, com inúmeras limitações num desafio constante, seguiam as Organizações Não-Governamentais e os Grupos Comunitários do Movimento Social anti-AIDS, e dentro dele várias pvha, tentando, no calor do drama, erguer suas vozes mostrando como na realidade o governo brasileiro estava encarando e administrando a epidemia instalada já há algum tempo no país, buscando estampar o que de fato conseguia fazer o Ministério da Saúde com suas

campanhas educativas descontínuas e como estava sendo dispensado o atendimento aos doentes.

O Movimento Social anti-AIDS queria fazer chegar até à comunidade o que parecia ser a compreensão que aquele ministério tinha do HIV, mas, principalmente, seu empenho era exigir o cumprimento dos direitos sociais previstos na constituição brasileira e a denúncia da morte civil imposta às pvha.

Herbert Daniel (1989), em seu livro *Vida Antes da Morte*, propõe-se não só demonstrar as mistificações criadas em torno da AIDS, mas registrá-la como doença que poderia ser evitada e epidemia que poderia ser vencida. Mas ainda hoje a pvha é vista como “o aidético”, aquele que é a própria doença e que carrega consigo a morte anunciada que não tardará a ceifá-lo. Por isso é que o autor, ex-guerrilheiro no período da ditadura militar no Brasil, e naquele momento soropositivo ao HIV, disse: “Não tenho nenhuma deficiência que me imunize contra os direitos civis. Apesar de farta propaganda em contrário.” (1989, p. 8)

E segue ele:

Eu, por mim, descobri que não sou “aidético”. Continuo sendo eu mesmo. Estou com AIDS. Uma doença como outras doenças coberta de tabus e de preconceitos. Quanto a morrer, não morri: Sei que AIDS pode matar, mas sei que os preconceitos e a discriminação são muito mais mortíferos [...] Estes matam em vida, de morte civil. Por isso, desobedientemente, procuro reafirmar que estou vivíssimo. Meu problema, como o de milhares de outros doentes, não é reclamar mais fáceis condições de morte, mas reivindicar melhor qualidade de vida. Problema, aliás, que é comum à quase totalidade dos brasileiros. (1989, p. 9)

Mas nestes primeiros anos do século XXI percebemos que a AIDS permanece marcada pelas definições estreitas do tipo: contagiosa, incurável e mortal. Se tais termos expressam parte de uma verdade acerca da AIDS, estão longe de exprimir a verdade. Os pavores gerados pela ignorância dão origem às diferentes fantasias de transmissão da doença por contato imediato. E mais, funcionam como parte do alicerce da “terceira epidemia”, a epidemia do pânico e dos preconceitos, que faz adoecer toda a sociedade, até porque toda ela se encontra no mesmo barco, o barco da AIDS real ou imaginária. “Somos universalmente portadores, seja do HIV, seja do fantasma da AIDS.” (LENT e VALLE, 1997, p. 6)

A insistência na divulgação tão somente da incurabilidade da AIDS e nos “grupos de risco” naqueles anos do início da epidemia operou como uma espécie de “apavorar como forma de educar” que aparentava usar o artifício da comunicação a fim de amedrontar as pessoas, afastando-as das informações acerca da prevenção e, sobretudo, da compreensão de que a AIDS poderia ser evitada. Afirmar a equação AIDS = mortal, sem enfatizar a possibilidade das pessoas se prevenirem, sem lhes apresentar os métodos adequados, sem mencionar o tratamento aos doentes e, acima de tudo, sem deixar brechas para que o sujeito pudesse verificar-se como sujeito de sua própria história e como membro de uma comunidade, parece ter servido apenas para condenar à morte civil as pvha, obrigando-as a viver um “aparthaids”.

Falando à revista *Isto é* (1998) o engenheiro eletrônico Ronaldo Mussauer, hoje 36 anos, soropositivo há 14 anos e naquele ano Presidente do Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS do Rio de Janeiro (G. Pela VIDDA -RJ), penetra num espaço meio que comum às pvha, ou seja, a paralisação inicial e depois as reações à morte anunciada a partir do diagnóstico de soropositividade. Diz ele:

Desde que a AIDS entrou em minha vida, já perdi mais de 30 amigos. No início, a morte me rondava o tempo todo, como um carrasco. Até que um dia, peguei ela e disse: já sei que você existe, um dia a gente vai se encontrar, mas você vai ficar ali e eu aqui porque senão eu não vivo. (STYCER e MARINI, 1998, p. 99)

A AIDS alimenta fantasias de vulnerabilidades individuais e sociais. O vírus é entendido como aquele que invade o organismo enquanto que a doença, ou mesmo o medo dela, invade a sociedade. Refletindo sobre este problema a filósofa Susan Sontag (1989) verifica várias metáforas que marcaram o imaginário cultural no que tange ao HIV, à epidemia e à doença; assim, por ela, temos uma lista muito extensa: justiça implacável e terrível, invasora, castigo divino, símbolo do mal, catástrofe, calamidade, ameaça à espreita, mutável, furtiva, biologicamente invasora, engenhosa, imprevisível, inaudito, vento inesperado, nova condenação, etc., mas de todas estas, a metáfora que marcou de forma singular e terrível esta doença foi a de “peste”.

Segundo Sontag, a metáfora da peste é muito poderosa e de uma eficácia extraordinária. Reconhecida como catástrofe social, ecológica, médica e psíquica, modelo

exato que as populações privilegiadas do mundo têm do horror, mas que ainda assim julgam que as esperam. Ela permite que uma doença seja vista simultaneamente como punição merecida por um grupo vulnerável e como doença que em potência ameaça a todos (1989, p. 76).

O efeito das várias metáforas militares usadas nas representações da AIDS é por demais relevante, dado que reforça em particular a estigmatização e a exclusão social do doente; esse, tomado como o “aidético”, ou seja, um indivíduo sem identidade, aliás, identificado não mais como pessoa, mas como a própria doença, portando assim, muito mais que o HIV/AIDS, carregando consigo as metáforas da doença e da epidemia.

É acerca dessa condição a que foi submetida a pvha, que a filósofa argumenta:

Não estamos sendo invadidos. O corpo não é um campo de batalha. Os doentes não são baixas inevitáveis, nem tampouco inimigos. Nós - a medicina, a sociedade - não estamos autorizados a combater por tudo e qualquer meio... Em relação a essa metáfora, a metáfora militar, eu diria, parafraseando Lucrécio: que a guardem aos guerreiros. (SONTAG, 1989, p. 111)

Seguindo a linha do raciocínio de Sontag encontramos no pensamento de Néstor Téson<sup>5</sup> uma séria crítica ao modo como o governo, a mídia, as igrejas, as famílias e a própria medicina escamoteiam a realidade através de suas exposições de idéias fragmentárias acerca do HIV/AIDS. Ressalta ele que uma coisa é a AIDS, outra são as fantasias e os discursos ideológicos que fazem dela (1992, p. 89).

Nesse jogo da comunicação, as mensagens sobre a AIDS naqueles anos que abriam a última década do século XX, geravam conflitos por não expressarem o real, e por se pretenderem detentoras da verdade sobre o problema. Na cultura ocidental contemporânea, as informações parecem ser cada vez mais usadas como armas; assim, tínhamos uma onda de mensagens que expunham através de artigos ou de declarações que a AIDS ameaçava concretamente a todos, mas logo em seguida outra mensagem era emitida confirmando um pensamento oposto, que dizia: “a AIDS é uma doença deles e do grupo deles e não nossa, tampouco do nosso grupo”. E assim é possível se constatar as conotações especiais

---

<sup>5</sup> Argentino, radicado no Brasil, mestre em Psicologia da Educação e Doutor em Sócio Política da Educação, soropositivo, pesquisador do problema psicossocial da AIDS e militante anti-AIDS. Falecido há alguns anos.

utilizadas na focalização da AIDS pela aliança entre ciência e comunicação, com a finalidade mais de confundir e/ou de criar conflitos do que de informar.

Esse jogo contribuiu para que a grande maioria das pvha passasse a viver na clandestinidade, mostrando bem a impossibilidade que a sociedade tem de conviver com a doença, que é um atestado de sua falência. “Doentes anônimos servem para não perturbar a mancha cruel de uma espoliação de cidadania que atinge a todos nós” (DANIEL, 1989). Assim, somente a busca de saídas deste lugar, onde os portadores do HIV/AIDS foram forçados a se colocar, pode fazer superar as adversidades da doença causadas pelo vírus biológico, mas acima de tudo daquelas advindas do vírus ideológico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora muito se tenha avançado nas pesquisas sobre a AIDS, bem como nas atitudes das pessoas diante de alguém soropositivo ao HIV, a verdade é que ainda hoje a convivência com as pvha é por demais incômoda. Podemos dizer que para muitas famílias e familiares e dos seus próximos, para uma parte considerável dos profissionais de saúde e pela população em geral, confirmando que permanecem o medo, o conflito e a angústia. Diante de tantas dificuldades o Movimento Social anti-AIDS, compreendendo o desafio posto pela epidemia, avaliou suas idéias e ações, mobilizou-se construindo um agir eficaz enquanto que ao mesmo tempo exigia do governo, em suas três esferas, um maior comprometimento com as políticas públicas para a AIDS e, vigilante, iniciou o controle social de tais políticas.

Mas também muitas pvha a partir de seus sofrimentos, perdas, estigmas etc., bem como de suas esperanças nascidas quase sempre da solidariedade, buscaram seguir em frente sem desânimo diante das condições que lhes foram impostas. Daí as respostas de enfrentamento da epidemia surgidas do encontro do sujeito com a comunidade, das produções de subjetividade, unidas às mais variadas e novas formas de solidariedade que seguem desconstruindo a equação AIDS = morte.

## ABSTRACT

This article is intended to show, for the great impact that AIDS brought up to our society, how the equation AIDS = DEATH was built, and also from what ideas and actions have militants from social movements based themselves against AIDS epidemic, and others, so that such an equation could be undone. The problem was approached since the beginning of the epidemic as a kind of “pedagogical terrorism” consisting of inefficient, prejudicial and alarming campaigns of the Ministry of Health from Brazil in the late 1980`s and early 1990`s, causing, then, the idea of AIDS = DEATH. The Ministry of Health is now discussed by infected people living with HIV/AIDS who were interviewed while under psychological assistance. As a theory support, texts by the historian Phillippe Ariès, the anthropologist Evans Pritchard and the philosopher Susan Sontag will be used, as well as significant texts and articles by some of the intellectuals that living infected by HIV at that time, decided not to be crossed arms against the countless challenges the epidemic would bring, above all against what was called “ideological AIDS”, as an example of what Hebert Daniel, Hebert de Souza, Néstor Eduardo Téson did.

**KEYWORDS:** AIDS. Epidemic. Death

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2v.

DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte**. Rio de Janeiro: Jaboti, 1989.

LENT, C. F. V. A. do. **AIDS: sujeito e comunidade**. Rio de Janeiro: Banco de Horas do IDAC, 1996.

\_\_\_\_\_. **AIDS e assistência**. Rio de Janeiro: Banco de Horas do IDAC, 1997.

MARANHÃO, J. L. de Souza. **O que é morte**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PRITCHARD, Evans. **Bruxaria, oráculos e magia entre o Azand**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 7-96.

SONTAG, Susan. **A AIDS e suas metáforas**. Trad. Paulo H. Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Herbert. **Confesso que estou vivo.** Disponível em <http://www.aids.gov.br/betinho/abia>. Acesso em: 30 mar. 2001.

STYCER, Daniel; MARINI, Eduardo. AIDS: reaprendendo a viver. **Revista Isto é.** São Paulo, n. 1486, p. 99, 25 mar. 1998.

TÉSON, Néstor E. **A AIDS como conflito.** Londrina: ASP Computação Gráfica Ltda, 1992.